

# Importância do meio-termo

Rogério Coelho Neto

O Estado do Rio de Janeiro viveu uma semana de apreensões com as notícias que chegavam de Brasília dando conta de que o presidente José Sarney havia autorizado a execução de um processo continuado de retaliações contra o governador Moreira Franco. No índex dos homens do Palácio do Planalto estaria, em um primeiro plano, o presidente do BNDES, Márcio Fortes, a principal peça do programa de transformações econômicas traçado pelo governador da Aliança Popular Democrática para tentar vencer, em quatro anos, a barreira do subdesenvolvimento fluminense.

As retaliações limitaram-se, porém, em sua primeira etapa, à demissão do superintendente da Radiobrás no Rio, ex-deputado Raul Brunini, ligado aos deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, do PFL, que votaram na Comissão de Sistematização da Constituinte pela realização das eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988. O secretário de Articulação do Estado do Rio com a União, José Colagrossi, foi obrigado a falar duro, no interior do Congresso, com o deputado cearense Expedito Machado, criador de um movimento denominado de Centro Democrático — não confundir com o *Centrão* —, que defendia a política de terra arrasada nos estados cujos governadores se proclamaram adeptos do mandato de apenas quatro anos para o atual presidente da República.

A nação espera que o presidente Sarney tenha refletido, no entanto, em cima dos ensinamentos de Norberto Bobbio sobre governabilidade. E que tenha aprendido com o cientista político italiano, editado no Brasil pela Universidade Nacional de Brasília (UnB), a buscar saídas convenientes para uma crise que foi gerada na insegurança com que conduziu a política econômica do país, nas diferentes versões do Cruzado. Para reverter a situação de não-governabilidade que sacode a Nova República, o presidente tem de assumir, em primeiro lugar, uma posição de humildade, entendendo que só lhe resta, daqui para a frente, preparar o processo eleitoral de 1988.

Essa história de retaliações, numa primeira hora, permitiu a conhecidas aves de rapina da política brasileira o aproveitamento de um estado de irritação momentânea do presidente da República, depois do encurtamento do seu mandato, de seis para quatro anos, na Comissão de Sistematização da Constituinte. No embalo da prostração presidencial, alguns atos de vingança mesquinha chegaram a ser consumados. Amigos dos governadores Miguel Arraes e Waldir Pires e dos senadores José Richa e Mário Covas perderam posições federais, nos segundo e terceiro escalões, alguns deles sem dever, sequer, a esses três líderes pemedebistas, defensores da eleição direta no

ano que vem, a nomeação para cargos de confiança que acabaram por perder na curta temporada de caça às bruxas.

A transição, agora com um prazo de conclusão praticamente definido (dificilmente o plenário da Constituinte deixará de confirmar o mandato de quatro anos) — Sarney passará a faixa presidencial dia 15 de março de 1989 a um sucessor que será eleito dia 15 de novembro de 1988 —, precisa, naturalmente, de um executor. Se o presidente se convencer de que deve assumir essa missão, abandonando questões menores e esquecendo sonhos quiméricos como o da construção da Ferrovia Norte-Sul, acabará encontrando, depois de quase três anos de muitos equívocos, um pouco de paz para encerrar um período de governo que teve tudo para se consagrar, mas está terminando de forma lamentável.

Se fizer uma análise menos apaixonada, mais pé no chão, sobre as causas que moveram a Comissão de Sistematização da Constituinte na questão da fixação do seu mandato em apenas quatro anos, Sarney vai acabar compreendendo, agora com a cabeça mais fresca, que os governadores que defendiam uma transição curta, com a eleição do seu sucessor em 1988, estavam simplesmente interpretando o sentimento das ruas. A direta já, por ironia, pouco dependeu, desta vez, dos movimentos organizados. Ela passou a tocar os corações brasileiros no instante em que, do mais simples ao mais graduado dos cidadãos, todos se sentiram vítimas de mais um inviável projeto econômico, no caso o Plano Bresser.

Não tem sentido punir o governo de Moreira Franco, o de Arraes, o de Waldir Pires, o de Fernando Collor de Mello, o de Pedro Simon, o de Orestes Quércia ou o de Tasso Jereissati. Esses governadores expressam lideranças firmes e revelam uma grande percepção para o fato político. Eleitos com grandes votações, eles conduzem suas ações, por isso mesmo, voltados para o interesse popular. Ao presidente da República, assim, é melhor ficar com eles do que contra eles.

A sustação das perseguições políticas inconcebíveis é recomendável para criar o clima favorável a um grande entendimento nacional. Uma espécie de acordo amplo, de emergência, através do qual a sociedade, por todos os seus segmentos, ajudaria o presidente a encerrar o ciclo da transição, repartindo responsabilidades.

O desarmamento de espíritos, de todos os lados, nunca se fez tão necessário. É que se o presidente Sarney insistir em manter todas as linhas de governabilidade, mesmo sem apoio político e popular, o choque com os que comandam a Constituinte será inevitável. Manda a prudência, por isso mesmo, que uma solução de meio-termo seja encontrada, com a preservação, sem riscos maiores, de um projeto de redemocratização arrancado, quase a fórceps, do ventre do autoritarismo.